

Aquisição e manutenção de legitimidade: a relação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a filantropia das famílias mais ricas do Brasil¹

Camila Acosta CAMARGO²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Em 2015 a Organização das Nações Unidas anunciou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como um guia de metas para que os países signatários promovam avanços socioambientais em um prazo de 15 anos. Em um cenário econômico marcado pelas premissas do neoliberalismo, de redução do Estado e de exacerbação da individualidade, ascende o modelo de gestão privada da questão social característico da ideologia do terceiro setor. Nele, a responsabilidade por buscar soluções para as problemáticas que resultam do conflito capital-trabalho passa a ser compartilhada, contraditoriamente, com a própria iniciativa privada simbolizada pela filantropia dos detentores de grandes fortunas. No presente artigo discutimos como este formato viabiliza estruturas de controle e dominação por meio da complexa inter-relação que se estabelece entre Estado, capital e organizações multilaterais tipicamente características das democracias liberais. Para isso, adotamos como exemplo figurativo análise das narrativas da governança global, representadas aqui pelos ODS, e como são empregadas por empresas, associações e fundações privadas vinculadas às famílias mais ricas do Brasil como forma de aquisição e manutenção de legitimidade e poder.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; governança global; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, filantropia; hegemonia.

INTRODUÇÃO

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Para a Cidadania, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, e-mail: camila.acosta.camargo@usp.br.

Após 3 anos de discussões entre chefes e representantes de Estado foi aprovado, em setembro de 2015, o documento *“Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”* na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável durante encontro realizado na sede da Organização das Nações Unidas em Nova York. O plano de ação, conhecido como Agenda 2030, foi aprovado em consenso e adotado pelos 193 estados-membros e instituiu o conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, uma listagem com 17 objetivos 169 metas que operam como guia para que as nações promovam, dentro de quinze anos, avanços socioambientais sob a perspectiva de um desenvolvimento econômico que seja sustentável, igualitário, inclusivo e justo - em termos da própria ONU.

Os ODS substituíram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que haviam sido definidos em 2001 no documento *“Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration”*, aprovado pela 56ª sessão da Assembleia das Nações Unidas como um desdobramento da Cúpula do Milênio realizada no ano anterior.

A garantia da efetividade das metas estabelecidas na agenda é assumida como responsabilidade dos Estados. Nesta perspectiva, o poder econômico das corporações é tido como parte do processo em uma abordagem que se almeja harmônica e coesa para a busca de soluções conjuntas aos problemas apontados. É também com este olhar que as instituições sem fins lucrativos, consensualmente intituladas como sociedade civil organizada, são listadas como parceiras em potencial para o atingimento dos resultados definidos, pois nos modelos das democracias liberais foram atribuídas como corresponsáveis pelo trato da questão social (YAZBEK, 2018; MONTAÑO, 2002).

Nos interessa observar, portanto, os movimentos discursivos que se dão entre as esferas do multilateralismo, do Estado e do privado sob a ótica da crítica à ideologia do terceiro setor (MONTAÑO, 2002) e do neoliberalismo. Mais especificamente, a partir da temática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, investigamos em que medida

sua ampla disseminação como guia para as práticas da filantropia operam como artifícios para a manutenção da hegemonia (GRAMSCI, 1999) e para o alcance de uma mútua legitimidade: de um lado, é imprescindível para a aceitabilidade das instituições multilaterais que suas recomendações sejam reconhecidas e validadas, de outro, os investidores sociais privados apropriam-se do respaldo das agências das Nações Unidas para obter credibilidade ao seu próprio trabalho, associando-se aos ODS como mensagens centrais nas narrativas institucionais.

Como forma de evidenciar empiricamente tais premissas, utilizamos como recorte uma análise das atividades de investimento social privado das 15 famílias mais ricas do Brasil, a partir do mapeamento de i) associações geridas ou apoiadas por seus integrantes; ii) fundações geridas ou apoiadas por seus integrantes; iii) iniciativas de responsabilidade social das empresas que constituem a fonte de sua riqueza. Levantamos dados e documentos nos *websites* oficiais das instituições por meio da busca por palavras-chave associadas aos ODS e, com isso, elaboramos uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977) para compreender como tal correlação se estabelece.

Histórico da gestão da *questão social*

O papel das entidades sociais e filantrópicas remete ao nascimento da Organização das Nações Unidas e a ampliação do modelo de gestão privada da questão social a partir do estabelecimento de políticas internacionais guiadas pela ótica liberal (CALEGARE; SILVA JUNIOR, 2009). O período, marcado pelo término da 2ª Guerra Mundial, e consequente avanço do embate político, econômico e ideológico que culminou na posterior Guerra Fria, é simbólico de disputas entre poderes hegemônicos por influência nos territórios considerados, na época, subdesenvolvidos ou de terceiro mundo.

A construção histórica de estabelecimento das organizações sem fins lucrativos no Brasil e na América Latina remete, portanto, ao início da segunda metade do século

passado, resultado direto do processo intervencionista dos países desenvolvidos nos locais entendidos como periféricos, com 1) o objetivo econômico de expandir a acumulação de capital, 2) o objetivo social de promoção de bem-estar e 3) o objetivo político de impedir o avanço do socialismo (MONTAÑO, 2014).

Visando proporcionar esta reestruturação mediante a geração de mercados consumidores e suportados pelas premissas da cooperação internacional, grupos de países do primeiro mundo liderados pelos Estados Unidos passaram a criar, com a chancela das Nações Unidas, uma série de instrumentos de fomento ao desenvolvimento econômico e social tanto em países subdesenvolvidos como é o caso da Comissão Econômica para América Latina e Caribe, CEPAL, em 1948, como também em parte da Europa que sofreu os maiores impactos da guerra, com a fundação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, em 1961. Para interceder especificamente América Latina o governo americano, durante a gestão Kennedy, formulou o programa Aliança para o Progresso por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, USAID, com vinculação ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, e o próprio Banco Mundial (SILVA, 2010).

Tais organizações financeiras multilaterais tiveram papel na produção e disseminação de discursos e práticas que fomentaram reformas em diversos países considerados subdesenvolvidos. O FMI e o Banco Mundial exerceram função chave ao “construir uma nova ordem econômica internacional, sob hegemonia norte-americana, cuja expansão fosse capaz de evitar as comoções sociais” (CRUZ, 2007, p. 74 apud SILVA, 2010, p. 23). Seu objetivo era promover a estabilização da economia de mercado, ao passo que garantia a possibilidade de ganhos para todos os países envolvidos neste processo que passa a ser entendido como globalização.

Esta agenda de reformas carregava forte preocupação com aspectos políticos relacionados às questões sociais, em especial àquelas que têm potencial para abalar a

disposição de poderes e distribuição de mercados. Dentre diversos mecanismos de estruturação de poder, uma das estratégias de intervenção se deu via financiamento advindo destes organismos e repassado aos países por intermédio dos governos locais e, especialmente, das organizações sem fins lucrativos de vinculação comunitária, nomeadas pela ONU como organizações não governamentais, ONGs, realidade esta “formulada como condição necessária e produto da nova ordem neoliberal” (SILVA, 2010, p. 44), favorecendo assim a ampla naturalização do discurso do bem-estar social associados às práticas da iniciativa privada, beneficiando os interesses do capital internacional que seguia ampliando investimentos em iniciativas de cunho social, cultural e ambiental em todo o Sul Global.

No Brasil, desde o período da redemocratização, época de rápida ascensão das instituições sociais nesses moldes, há o entendimento social e constitucional de que estas, estabelecidas legalmente com o status de *associação*, são a representação institucionalizada dos interesses da sociedade nos espaços públicos de participação. Elas seriam a voz do cidadão em determinados nichos de atuação – as *causas* – mesmo tendo uma constituição privada.

A crescente ideologia neoliberal no período (HARVEY, 1996), marcada pela crença na diminuição do Estado e maior responsabilização individual dos problemas sociais (PETRAS, 1999), estabeleceu sua hegemonia por meio de uma desarticulação de mecanismos de gestão pública, exercendo uma real mercantilização das pautas sociais, que segundo Tarso Cabral Violin:

revela a clara funcionalidade desta proposta com o projeto neoliberal, consolida-se na despolitização operada neste setor, na retirada das contradições de classe, na sua desarticulação com as esferas estatal e infra-estrutural, com uma lógica "liberal-corporativa" e supostamente "democratizadora". (VIOLIN, 2006, p. 11)

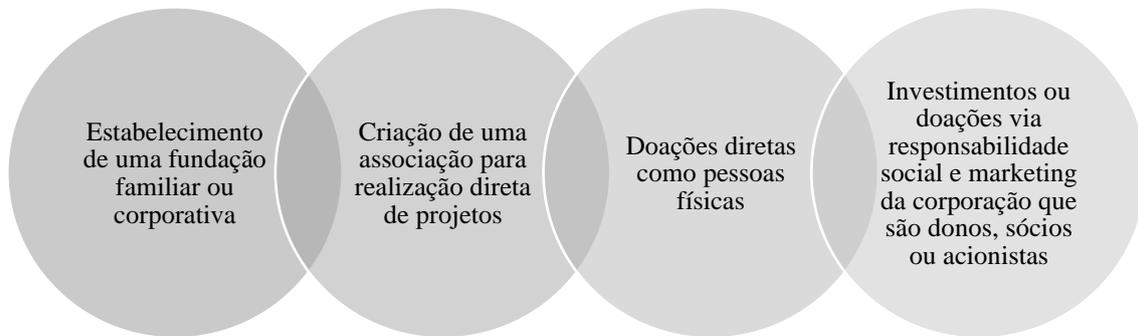
É neste contexto que a questão social passa a ser compreendida como um instrumento a ser gerenciado nos moldes do mercado. Os conflitos inerentes às disputas

de classe são transformados discursivamente em causas sociais para serem atendidas por entidades sociais de forma pacífica e alinhada aos interesses do grande capital.

Sentidos da filantropia no capitalismo neoliberal

Mesmo antes do nascimento das Nações Unidas, desde o início da industrialização e do período de acumulação primitiva do capital, os ricos empresários americanos e europeus investiram em uma estratégia de negócios que ofertava tanto credibilidade quanto expressiva capilaridade no controle social: a filantropia, também chamada mais atualmente de investimento social privado. Ao longo de mais de cem anos o modelo evoluiu e se complexificou. Acima de tudo, consolidou-se enquanto uma estrutura que afere autoridade e legitimidade perante a sociedade e outras instituições, tanto para as entidades em si quanto para seus mecenas. A filantropia é, deste modo, parte da lógica que garante a manutenção da sociedade de classes e da hegemonia destes bilionários, de suas famílias e da concentração de poder em suas corporações. A família Rockefeller, por exemplo, investiu em estratégias de Relações Públicas no início do século XX para modificar sua imagem perante a opinião pública após escândalos com grevistas nas mineradoras e parte desta saída foi a personificação da caridade e da benevolência.

Vale destacar que não há uma forma única e padronizada para a institucionalização deste modelo. O estabelecimento de fundações familiares ou corporativas/empresariais é o mais antigo e tradicional, contudo os repasses financeiros também ocorrem diretamente por parte da pessoa física sem passar por uma pessoa jurídica, ou acontecem via ações de responsabilidade socioambiental e marketing das empresas privadas dos quais são donos, sócios ou acionistas, conforme explicitados no diagrama abaixo.



Título: Tipologia de doações e investimento social privado familiar

Fonte: Elaboração própria

Esta gestão compõe parte da realidade de privatização da questão social e passou a representar de forma positivada o que se nomeou filantropocapitalismo, e reivindica uma postura orientada para o atingimento de resultados e definição de indicadores conforme os moldes da economia de mercado, suplantando o modelo assistencialista típico da era industrial. Para McGoey (2015) uma das características deste sistema é a elevação do próprio capitalismo a um imaginário de naturalmente caridoso e socialmente responsável.

Joan Roelofs (2003) indica que há uma ausência de estudos críticos sobre a influência e poder das bilionárias fundações privadas e assume isto como reflexo direto do financiamento que as mesmas direcionam para a produção do conhecimento e Fisher (1983), ao investigar o investimento da Fundação Rockefeller no campo da produção científica das ciências sociais no século XX, aponta o interesse destas instituições em empossar intelectuais orgânicos na produção e reprodução da hegemonia social.

Vale ressaltar que a força do poder econômico é bastante simbolizada pela concentração de renda de cerca de 2.000 bilionários que acumulam mais riqueza do que 60% da população mundial (OXFAM, 2020). Em 2020 o Brasil bateu o número de 238

bilionários, ou seja, cerca de 10% do ranking mundial, contando com um patrimônio acumulado equivalente ao PIB do Chile.

No Brasil e na América Latina a maior parte do investimento social privado advém principalmente de instituições corporativas e não de familiares (PNUD, 2017; FERRETI, 2019). De forma complementar, a maioria dos investidores familiares direciona apenas uma pequena parte de seu patrimônio para doações (PNUD, 2017). Esse dado vai em direção a levantamento realizados nos EUA, onde a camada social que mais faz doações são os mais pobres. Famílias que ganham menos do que US\$20.000 anuais destinam até 4,6% para a caridade e famílias que ganha entre US\$50.000 e US\$100.000 anuais doam até 2,5%³. Jeff Bezos, CEO da companhia Amazon e atualmente o homem mais rico do mundo doou menos do que 1% de seu patrimônio líquido em 2020 (FORBES, 2020).

Nos EUA a doação representa 2% do Produto Interno Bruto, PIB e no Brasil este número é de 0,23% segundo dados de Doação Brasil (2015) e Eficácia dos Investimentos Sociais da McKinsey (2008) (apud PNUD, 2017).

A narrativa da filantropia como prática benevolente e necessária para a sociedade é altamente reforçada em circuitos que, de certa forma, beneficiam-se ou codependem de sua existência. No Brasil, há uma cadeia de instituições e grupos que tem como objetivo fortalecer a sociedade civil organizada/ terceiro setor, e conseqüentemente as práticas de doações deste investimento social privado. São algumas delas o Grupo de Institutos Fundações e Empresas - GIFE, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Rede Filantropia.

Contudo observamos a partir dos dados levantados que, paradoxalmente, a crescente dependência do interesse privado para a diminuição das desigualdades sociais e problemáticas ambientais vem junto da própria inação destes mesmos agentes em um

³ Social Capital Community Benchmark Survey, 2000.

modelo que já nasce fadado a jamais solucionar as adversidades que se propõe, apenas retroalimentá-las.

A relação entre a acumulação de riquezas, a questão social e a governança global

O cenário econômico e sociocultural do período contemporâneo recente é indubitavelmente marcado pelos processos de globalização, de expansão do capital financeiro e da ascensão do domínio das indústrias de tecnologias digitais, as *big techs*. Para Kacowicz (2012) a maior interação entre diferentes nações no contexto globalizado demanda melhores e mais intensos procedimentos de governança global por meio das instituições multilaterais, em direção ao estabelecimento de uma ordem internacional.

Na ausência de um governo global, o conceito de governança global nos fornece uma terminologia teórica para descrever e analisar o complexo sistema de formulação de regras, coordenação política e solução de problemas que transcendem estados e sociedades, construindo novas realidades políticas e reconstruindo antigas. (KACOWICZ, 2012, p. 687 [tradução nossa]).

O termo apareceu na literatura pela primeira vez nos anos 1980 e sua disseminação ocorreu quando as Nações Unidas estabeleceram a Comissão para a Governança Global em 1992. Em geral, remete a busca sistemática por soluções para problemáticas que extrapolam o ambiente doméstico, perpassando pela institucionalização da cooperação internacional em uma percepção que evidencia a incapacidade do Estado de mitigar sozinho os impactos decorrentes do modelo econômico vigente.

Tanto quanto a própria noção de globalização, a governança global é um conceito e uma prática em construção e, por sua vez, em disputa. Ela aponta para uma dicotomia inerente às democracias liberais, relativa ao desafio de gerenciar distintas estruturas de poder entre os Estados e o que se convencionou denominar no campo como os ‘atores não-estatais’. Há um cenário de descentralização da autoridade dos Estados-nação em

direção ao aumento da influência da iniciativa privada nos processos de tomada de decisão e do próprio controle social.

Haas (2004) aponta que houve uma

proliferação de novos atores políticos e uma difusão da autoridade política sobre as principais funções de governança, especialmente na esfera ambiental. Esses novos atores incluem ONGs, empresas multinacionais, redes científicas transnacionais conhecidas como comunidades epistêmicas, redes globais de política e instituições internacionais seletas que são capazes de exercer comportamento discricionário independentemente dos desejos de seus Estados membros dominantes. (HAAS, 2004, p. 04 [tradução nossa]).

A partir dessa afirmação é possível promover uma correlação direta com nosso objeto de estudo. Nos termos oficiais das Nações Unidas “o objetivo 17 e algumas metas dos demais objetivos tratam dos meios necessários para a execução da Agenda, que exigirá parcerias e solidariedade na mobilização de recursos, um engajamento entre governos, setor privado, sociedade civil e o Sistema ONU”⁴. As terminologias *parceria*, *solidariedade* e *engajamento* pressupõe uma relação positivada e homogênea entre as partes, reconhecidas como os atores. A narrativa reconhece a necessidade de envolvimento dos agentes não estatais e as ações práticas indicam que as instituições multilaterais constroem, sistematicamente, mecanismos de promoção dessa aproximação. Como exemplo, apontamos que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD Brasil, lançou em 2017 o relatório “*Filantropia e os ODS: O investimento social privado brasileiro engajado na agenda global do desenvolvimento*” como parte da Plataforma de Filantropia:

A Plataforma de Filantropia faz parte da SDG Philanthropy Platform, uma iniciativa global que conecta fundações filantrópicas a dados, conhecimento e redes de relacionamento, que permitem intensificar a colaboração, alavancar recursos e sustentar o impacto gerado por essas organizações para o desenvolvimento sustentável. A plataforma é um projeto de parceria entre organizações filantrópicas,

⁴ Transformando Nosso Mundo - A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>. Acesso em: 10 jan. 2021.

as Nações Unidas, governos, sociedade civil e empresas de impacto social para o alcance dos ODS.

As Nações Unidas, portanto, chancelam as atividades de filantropia privada e também são beneficiadas por sua existência, em um ciclo de produção de legitimidade.

Por outra abordagem, na ótica da crítica da economia política, em grande medida as problemáticas sociais são reflexos do conflito capital-trabalho e consequentemente intrínsecas ao modo de produção capitalista. O papel do Estado, neste sentido, passa a ser de mediador a serviço de uma melhor eficiência do sistema econômico, estando, por esse motivo, impossibilitado de resolver problemas que não foram por ele criados. As corporações não são, portanto, meros agentes privados a serem consultados no processo de tomada de decisão. Elas inauguram os modelos de desenvolvimento, estilos de vida e produção de subjetividades que compõem uma racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016) e, consequentemente, sustentam os males aos quais os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas buscam combater.

Procedimentos metodológicos

A conquista pela referida credibilidade e legitimidade é constante e demanda renovação a depender de mudanças no contexto social, cultural e político. Observamos que a associação aos tópicos discutidos e validados no âmbito internacional é uma prática recorrente nas entidades que compõem a sociedade civil organizada, assim como é retroalimentada pelas próprias agências das Nações Unidas que reforçam a sua importância.

Para elucidar os temas abordados, optamos por investigar qual relação discursiva se estabelece entre as entidades filantrópicas e as diretrizes advindas de instituições multilaterais, com exemplo específico para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos em 2015 pelas Nações Unidas. Nossa hipótese é de que a ampla maioria de

instituições que atuam no terceiro setor ou com responsabilidade socioambiental buscam expor publicamente uma vinculação, mesmo que simbólica, aos parâmetros norteadores estabelecidos pela ONU, como parte de uma estratégia de busca por credibilidade.

Visando garantir um recorte apropriado de pesquisa e com base na metodologia de análise de conteúdo de Bardin (1977), utilizamos a lista da revista Forbes (2014) para levantar quais famílias brasileiras compõe o quadro de bilionários do país. A partir disso, selecionamos as 15 famílias destacadas como as mais ricas e fizemos um mapeamento de suas ações de investimento social privado quando concentradas em três modelos: i) associações geridas ou apoiadas por seus integrantes; ii) fundações privadas geridas ou apoiadas por seus integrantes; iii) iniciativas de responsabilidade social das empresas que constituem a fonte de sua riqueza.

Utilizando a ferramenta de busca do Google, selecionamos as palavras-chave *ODS*, *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* e *Agenda 2030* associadas aos nomes das entidades sociais de cada família para averiguar a existência de textos e notícias nos *websites* oficiais de cada organização.

Classificamos as informações coletadas em: a) qual é família; b) qual o seu patrimônio líquido; c) qual a sua fonte de riqueza; d) qual a entidade social; e) quais evidências foram encontradas, onde descrevemos de que forma as narrativas associadas aos ODS aparecem nos textos institucionais. Os resultados encontram-se no Apêndice 1.

Discussão e análise

Com o objetivo de promover uma melhor definição dos papéis exercidos pelos diversos grupos e setores envolvidos nos processos de governança global, intitulado atores, Haas (2004) desenvolveu uma matriz de funções, onde destaca que cada um deles potencialmente exerce uma atribuição específica. Nos interessa observar que as ONGs são definidas com a função informal/indireta de atuar: no agendamento das pautas sociais

– *agenda setting*; na produção de conhecimento para ser replicado; no monitoramento de ações e políticas sociais; no apoio a criação de leis; no apoio ao desenvolvimento de normas; na verificação da aplicação de políticas; no *enforcement*, ou seja, reforço às práticas e discursos da governança; e, por fim, na promoção de interconexões verticais entre as distintas esferas (tradução nossa).

O mapeamento de Haas seria capaz de apoiar o levantamento de dados no presente estudo, ao tentarmos compreender em quais campos as instituições analisadas se encontram e como se encaixam na estratégia ampla de governança global. Contudo, ao mergulhar nos dados, verificamos que a forma como as organizações analisadas expõem em seus textos institucionais o apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é difusa e imprecisa. Não há detalhamento, ao menos em documentos públicos oficiais, que permitam fazer tal inferência.

Dentre as atividades de investimento social das 15 famílias analisadas, apenas em 2, Safra e Batista, não foram encontradas menções aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No caso da família Safra, apesar de serem filantropos reconhecidos, suas ações sociais não estão unificadas em uma associação específica ou fundação familiar. Não estão sequer concentradas em um departamento de responsabilidade socioambiental do Banco Safra. Os Batista, da J&F – holding que controla as empresas JBS, PicPay entre outras – envolvidos em escândalos de corrupção da Operação Lava Jato, não contam com um histórico no universo da caridade. As atividades de sustentabilidade do grupo estão concentradas na área de responsabilidade socioambiental da holding, segundo seu *website*.

Dentre as demais 13 entidades, a ampla maioria não apenas menciona os ODS, como destaca em suas mensagens que todas as suas atividades estão alinhadas às metas para 2030, conforme destacamos em trechos abaixo:

- (1) O que nos norteia são os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU” (Instituto Alana)
- (2) Todas as iniciativas do ICC são alinhadas com os ODSs – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – da ONU (Instituto Camargo Correa)
- (3) A atuação da Fundação André e Lucia Maggi é pautada pelos ODS. (Fundação André e Lucia Maggi)
- (4) Esses esforços estão alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. (Instituto Unibanco)
- (5) Os temas levantados foram elegidos e validados pela alta direção, com base na visão dos stakeholders, na estratégia interna da empresa e nos macro impactos das suas atividades, e ainda estão relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). (Instituto CCR)
- (6) Os compromissos estarão adequados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Itaú Unibanco Holding)

Os termos *norteia*, *alinhadas*, *pautada*, *relacionados* e *adequados* são aplicados no mesmo sentido e almejam atestar que os projetos destas entidades tem como direcionamento a oferta de apoio ao atingimento das metas estabelecidas nos ODS. Estas mensagens tem muita centralidade nas narrativas institucionais, como fica evidente no exemplo do Instituto Alana, fundado por Ana Lucia de Mattos Barretto Villela, que trata dos ODS no primeiro parágrafo da página de apresentação da entidade.

Observamos que algumas contam com o apoio ou parceria oficial junto as Nações Unidas como a Fundação Roberto Marinho, Instituto Votorantim e Fundação Odebrecht. Outras apenas afirmam que estão alinhadas às metas, mas não esclarecem como isso se constitui na prática.

Vale ainda dizer que, no que diz respeito ao tema do desenvolvimento sustentável, os discursos constituídos para sustentar idealmente as práticas concretas e materiais estão sujeitos a disputas de sentidos em circulação. Na busca por estabelecer critérios e indicadores claros para a produção social e ambientalmente responsável, o mercado

recorre a certificações como o Global Reporting Initiative, GRI⁵, para atestar a validade de suas práticas, mas não só, para apoiar na construção narrativa de sua legitimidade. Os ODS passam a simbolizar o mesmo fenômeno. No caso da Fundação André e Lucia Maggi ambos são citados no mesmo parágrafo:

- (7) A atuação da Fundação André e Lucia Maggi é pautada pelos ODS. Além disso, a FALM e a AMAGGI apoiam e divulgam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a seus colaboradores e principais partes interessadas (stakeholders). (Fundação André e Lucia Maggi)

Com a fusão entre os bancos Unibanco e Itaú, anunciada em 2008, a família Moreira Salles Setúbal e Villela integram as fortunas que advém da holding Itaúsa e por esse motivo controlam, juntas, diversas das instituições listadas. O grupo foi reconhecido pelo *Prêmio ODS Brasil 2018 1ª edição*, concedido bianualmente, até 2030, com um case sobre o Programa Mulher Empreendedora. Organizado pelo Governo Federal desde a época dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio “tem por objetivos: incentivar, valorizar e dar visibilidade à práticas que contribuam para o alcance das metas da Agenda 2030 em todo o território nacional”⁶ em uma estratégia de *enforcement* para as ações multilaterais.

O relatório de sustentabilidade do Itaú Unibanco Holding de 2018 expressou que, a partir de 2019, todo o modelo de apresentação dos resultados do relatório seria adaptado ao padrão dos ODS.

O mapeamento revela, sem dúvidas, que a narrativa dos ODS teve êxito ao conceber uma integração de abordagens discursivas para que o universo da sociedade

⁵ O GRI estabelece padrões unificados para que as corporações anunciem publicamente suas práticas sustentáveis.

⁶ Prêmio ODS Brasil. Disponível em: <[15](https://www.redeodsbrasil.org/post/2018/12/13/premio-ods-brasil#:~:text=O%20Pr%C3%AAmio%20Nacional%20para%20os,em%20todo%20o%20territ%C3%B3rio%20nacional.> Acesso em 09 jan. 2021.</p></div><div data-bbox=)

civil organizada representada pelas entidades mecenas enfrentem de maneira alinhada a gestão da questão social. Não podemos inferir se houve mudanças efetivas na prática de trabalho destas organizações, contudo, a partir da abordagem da crítica à ideologia do terceiro setor, esse coeficiente não importa, tendo em vista que não há espaço possível para que a solução aos problemas apontados parta das institucionalidades privadas figurativas do próprio capital.

Considerações

Políticas de tradição assistencial historicamente produzem um consenso à base da pacificação dos conflitos (MACIEL, 2018) e o que acontece no âmbito dos territórios locais reproduz em muitas medidas as relações que se estabelecem em maior escala. Os problemas socioambientais tratados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dotam de origens complexas e guardam consequências gravíssimas para as sociedades atuais e futuras. O que as táticas de comunicação da ONU denotam, contudo, é a escolha por uma abordagem idealizada, lúdica e que remete à ingenuidade, haja vista que a principal imagem visual associada aos ODS são os quadros coloridos que contam com ícones ilustrativos para cada uma das metas. Estes signos que podem ser percebidos como uma simples estratégia publicitária para apoiar a constituição do imaginário relacionado aos ODS, deveras refletem sobre o discurso do consenso, harmonioso, que ostenta a posição de salvadores aos representantes do grande capital e que, ao fazer isso, impossibilitam qualquer chance de real transformação dos dilemas identificados.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- BUCHANAN, Allen & KEOHANE, Robert (2006). The Legitimacy of Global Institutions. **Ethics and International Affairs**, vol. 20(4), pp. 405-437.

CALEGARE, Marcelo; SILVA JUNIOR, Nelson. A “construção” do Terceiro Setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Psicologia Política**. v. 9, n. 17, p. 129-148, jan./jun. 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERRETI, Michelle. Censo GIFE 2018 / Michelle Ferreti, Marina Barros; organizadora Graziela Santiago. – São Paulo, SP: GIFE, 2019.

FISHER, Donald. ‘The role of philanthropic foundations in the reproduction and production of hegemony: Rockefeller Foundations and the social sciences’, **Sociology**, 17:2, 1983.

FORBES. **The 15 Richest Families In Brazil**. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/andersonantunes/2014/05/13/the-15-richest-families-in-brazil/?sh=36c5fd461a31>>. Acesso em: 28 dez 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GROHMANN, R. (2020). O que é circulação na comunicação? Dimensões epistemológicas. Revista FAMECOS, 27, e35881. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2020.1.35881>

HARVEY, David. Condição **Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HAAS, Peter (2008). Addressing the Global Governance Deficit. **Global Environmental Politics**, vol. 4(4), November, pp. 1-15.

KACOWICZ, Arie M. (2012). Global Governance, International Order, and World Order. Levi-Faur, Dacid (ed.). *The Oxford Handbook of Governance*. Oxford: Oxford University Press, pp. 686-698.

MACIEL, D. A rebelião do público-alvo e a crise da tecnologia social de pacificação: luta no Programa Fábricas de Cultura. *Tese [Doutorado em Ciências da Comunicação]* - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2018.

MCGOEY, L. **No such thing as a free gift**: The Gates foundation and the price of philanthropy, London, Verso, 304 p, 2015.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTAÑO, C. *O canto da sereia*: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor” (org). São Paulo: Cortez, 2014.

PETRAS, James. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

ROELOFS, Joan. **Foundations and public policy**: the mask of pluralism. Suny Press. 2003.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Cienc. Cult.*, São Paulo , v. 71, n. 1, p. 33-39, Jan. 2019 . Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Dec. 2020. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>.

SCHOLTE, Jan Aart (2011). Towards greater legitimacy in global governance. **Review of International Political Economy**, vol. 18.

SILVA, T. Governança mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades. *Tese* (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. p.23

OXFAM. Bilionários do mundo têm mais riqueza do que 60% da população mundial. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-do-mundo-tem-mais-riqueza-do-que-60-da-populacao-mundial/> Acesso em: 15 jan. 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA**, v. 21,n.1, p. 183-194, 2018.

APÊNDICE

Apêndice 1

FAMÍLIA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	FONTE DE RIQUEZA	ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES	EVIDÊNCIAS	OBSERVAÇÕES
Marinho	US\$ 28,9 bilhões	Grupo Globo	Fundação Roberto Marinho	Em 2017 a Globo assumiu o compromisso de colaborar para a popularização dos ODSs “A Globo estabeleceu parcerias com a agência das Nações Unidas para Desenvolvimento - PNUD e a Fundação Roberto Marinho no esforço de promover a divulgação dos objetivos globais para o cumprimento das metas até 2030.” https://redeglobo.globo.com/Responsabilidade-Social/eu-sou-geracao-do-amanha/noticia/globo-firma-parcerias-para-divulgar-objetivos-globais-de-desenvolvimento-sustentavel.ghtml	-
Safra	US\$ 20,1 bilhões	Grupo Safra	Não há	Não encontradas	- Há registros de um CNPJ em nome de Fundação Vicky e Joseph Safra, porém não encontramos mais informações - Há também o Edmond J. Safra Philanthropic Foundation, porém, sua atuação é majoritariamente estrangeira - Os membros da família Safra são filantropos reconhecidos, contudo as doações são dispersas
Ermírio de Moraes	US\$ 15,4 bilhões	Votorantim	Instituto Votorantim	Em inúmeras postagens no <i>website</i> do Instituto Votorantim há menções aos ODS. “somos uma das organizações comprometidas com o “Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, um pacto	

				global que tem o compromisso de garantir as necessidades básicas dos seres humanos para formar uma sociedade mais justa, igualitária e próspera.”	
Moreira Salles	US\$ 12,4 bilhões	Itaú Unibanco CBMM	Instituto Unibanco Fundação Itaú Para Educação e Cultura (Itaú Social e Itaú Cultural Fundado por Olavo Setubal)	Instituto Unibanco “O Compromisso Instituto Unibanco pela Sustentabilidade teve início em 2016, quando a organização reuniu esforços a fim de contribuir para promover o desenvolvimento sustentável e mitigar os impactos causados pela mudança climática. Em 2017, o escopo da iniciativa foi ampliado para fornecedores e parceiros, disseminando as boas práticas em sustentabilidade já implementadas em nossas atividades. Esses esforços estão alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.” https://www.institutounibanco.org.br/relatorio-2017/sustentabilidade.html	A fortuna da família Moreira Salles resulta da operação do Unibanco. Em 2008 foi anunciado publicamente sua fusão ao Itaú. Por esse motivo é possível encontrar membros das famílias Moreira Salles, Setúbal e Villela nas diversas entidades sociais da holding Itaú Unibanco.
Camargo	US\$ 8 bilhões	Camargo Correa	Instituto Camargo Correa	“Todas as iniciativas do ICC são alinhadas com os ODSs – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – da ONU e definidas com base no diagnóstico feito pelo Infra-Giz, sistema de inteligência geográfica que possibilita conhecer melhor os riscos, oportunidades, vulnerabilidades e potencialidades socioambientais dos territórios.” “Buscamos atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) alinhados ao nosso planejamento estratégico e, para isso, contamos com planos e programas que garantem o	-

				<p>uso responsável de recursos naturais em nossas obras e melhoram a interação com as comunidades do entorno, minimizando interferências sociais. Entendemos que ser sustentável não é mais um diferencial, e sim uma parte essencial do nosso negócio. Por isso, com o nosso Sistema de Gestão Socioambiental, disseminamos boas práticas e soluções estratégicas, gerando valor para todos os nossos stakeholders (partes interessadas).”</p> <p>https://camargocorreainfra.com/quem-somos-2/sustentabilidade/</p>	
Villela	US\$ 5 bilhões	Itaúsa	Instituto Alana Fundação Itaú Para Educação e Cultura (Itaú Social e Itaú Cultural Fundado por Olavo Setubal)	<p>Instituto Alana (Fundado por Ana Lucia de Mattos Barretto Villela)</p> <p>“Atuamos para avançar em direção à construção de uma agenda comum por um mundo mais justo, inclusivo, igualitário e plural, que privilegia o interesse público em prol dos direitos humanos, da democracia, da justiça social e da sustentabilidade socioambiental. O que nos norteia são os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU”</p> <p>https://alana.org.br/saiba-mais/</p>	-
Maggi	US\$ 4,9 bilhões	Amaggi	Fundação André e Lucia Maggi (FALM)	<p>Os ODS aparecem em destaque na área de Políticas e Compromissos’ do <i>website</i> da Fundação, juntamente ao anúncio de alinhamento ao GRI.</p> <p>“A atuação da Fundação André e Lucia Maggi é pautada pelos ODS. Além disso, a FALM e a AMAGGI apoiam e divulgam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a seus colaboradores e principais partes interessadas (stakeholders).”</p>	-

				https://www.fundacaoandreoluciamaggi.org.br/politicas-e-compromissos/	
Aguiar	US\$ 4,5 bilhões	Bradesco	Fundação Bradesco	Encontramos evidências diretamente da área de responsabilidade social da empresa Bradesco, e não dá Fundação Bradesco. O relatório de sustentabilidade da empresa é estruturado com base nos ODS. https://relatoweb.com.br/bradesco/2017/pt/sustentabilidade.html	-
Batista	US\$ 4,3 bilhões	J&F	Não há	Não encontradas	As atividades de sustentabilidade estão concentradas na área de responsabilidade socioambiental da holding J&F Investimentos, contudo, não encontramos registros de menções aos ODS.
Odebrecht	US\$ 3,9 bilhões	Odebrecht	Fundação Odebrecht	“Em novembro, a Fundação Odebrecht deu mais um importante passo que consolida sua atuação como agente do desenvolvimento sustentável. A instituição agora faz parte da Estratégia ODS, uma coalizão de organizações da sociedade civil, setor privado, governo e instituições de pesquisa que tem como objetivo ampliar e qualificar as discussões sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. Em sua estratégia de promover o desenvolvimento territorial sustentável a partir de seis frentes, a Fundação se conecta diretamente aos ODS propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na busca pela superação de desafios globais como a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, por meio da educação do jovem para a produção no campo, no uso racional e	-

				<p>proteção dos recursos naturais e no fortalecimento das bases da cidadania.”</p> <p>https://www.fundacaodebrecht.org.br/noticias/2020/11/06/fundacao-odebrecht-ingressa-na-estrategia-ods.html</p>	
Civita	US\$ 3,3 bilhões	Grupo Abril	Fundação Vitor Civita	<p>Prêmio Educador Nota 10, realizado desde 98, passa a ser divulgado como parte de ações alinhadas aos ODS.</p> <p>“Alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) quatro, que visa ‘assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos’, a chamada tem como objetivo identificar, valorizar e divulgar boas práticas educacionais.”</p> <p>https://gife.org.br/fundacao-victor-civita-abre-inscricoes-para-22a-edicao-do-premio-educador-nota-10/</p> <p>Publicaram um texto no website para mostrar qual a relação entre as ações educacionais da organização e os ODS</p> <p>https://fvc.org.br/fundacao-victor-civita/valorizacao-do-professor-e-ods/</p>	-
Setúbal	US\$ 3,3 bilhões	Itaúsa	Fundação Tide Setúbal Itaú Social Itaú Cultural	<p>Itaú Unibanco Holding S.A.</p> <p>Em 2018 apresentou em seu relatório de sustentabilidade que toda a apresentação de resultados socioambientais será adaptada para o modelo dos ODS em 2019.</p> <p>“Como resultado dessa revisão reduzimos a dez nossos temas materiais e os apresentamos</p>	-

				<p>conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando aqueles que consideramos potencialmente associados às nossas principais atividades.”</p> <p>“Os compromissos estarão adequados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, além de alinhados com os Princípios do Banco Responsável da ONU. A divulgação dos compromissos será feita em 2019.”</p> <p>“Prêmio ODS Brasil 2018 – 1ª edição: fomos reconhecidos pelo Prêmio Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, organizado pelo Governo Federal e concedido bianualmente, até 2030, com um case sobre o Programa Mulher Empreendedora (veja mais na página 96).”</p> <p>https://www.italy.com.br/relacoes-com-investidores/Download.aspx?Arquivo=iyds6Bgw5JKeDHAuYa64Kg==</p>	
Igel	US\$ 3,2 bilhões	Ultrapar	Não há.	<p>Na área de “sustentabilidade / pilar social” do website da Ultragaz, um dos projetos em destaque é a “Parceria com a ONU” afirmando-se signatária do Pacto Global desde 2009 e aderente aos ODSs desde 2016</p>	<p>Não há registros de uma associação ou fundação específica da família Igel. Aparentemente, as ações de filantropia são vinculadas a área de responsabilidade social da empresa Ultragaz.</p>
Penido	US\$ 3,2 bilhões	CCR	Instituto CCR	<p>“Para auxiliar o planejamento estratégico voltado aos riscos socioambientais, foram identificados temas relevantes para o negócio, por meio do processo de materialidade, revisitado em 2016, que combina a visão interna do Grupo CCR à perspectiva dos stakeholders impactados. Os temas levantados foram elegidos e validados pela alta</p>	-

				<p>direção, com base na visão dos stakeholders, na estratégia interna da empresa e nos macro impactos das suas atividades, e ainda estão relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).”</p> <p>http://www.grupoccr.com.br/ri2016/pt/estrategia-de-sustentabilidade.html</p> <p>“Pacto Global – a criação do Instituto CCR recebeu o reconhecimento do Pacto Global, da Organização das Nações Unidas (ONU), no concurso SDG Pioneers, que estimula ações e negócios que promovem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).”</p> <p>http://www.grupoccr.com.br/ri2016/pt/instituto-ccr.html</p>	
Feffer	US\$ 3,2 bilhões	Suzano Papel e Celulose	Fundação Arymax	Em entrevista para o GIFE, Vivianne Naigeborin, superintendente da Fundação fala sobre o lançamento do estudo “Inclusão Produtiva no Brasil: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda.” e destaca que o tema está alinhado aos ODSs 1 e 8	-

Título: Relação entre o investimento social privado das famílias mais ricas do Brasil e o apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

Fonte: Elaboração própria